

**Minorias/Conservadorismo nas Eleições de 2018:
como pensam os cinco presidenciáveis mais votados no Brasil**

Maria Ivania Almeida Gomes Porto

Mestra em Gestão Pública pela UFPE; Professora do Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA).

E-mail: ivaniaporto@asces.edu.br.

Fernando César de Lima

Mestrando em Ciências Sociais pela UFCG; Professor do Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA).

E-mail: fernandolima@asces.edu.br.

Vitória Karoline da Silva Falconere

Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA).

E-mail: falconerevitoria@gmail.com.

Área temática: **18. Comunicação Política, Opinião Pública e Redes Sociais.**

Trabalho preparado para sua apresentação no X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), em coordenação com a Associação Mexicana de Ciência Política (AMECIP), organizado em colaboração com o Instituto Tecnológico de Estudos Superiores de Monterrey (ITESM), em 31 de julho, 1, 2 e 3 de Agosto de 2019.

Resumo: O trabalho compreende e aborda as díspares opiniões dos cinco presidenciais mais votados no Brasil sobre os temas das minorias e do conservadorismo. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica explanando as concepções teóricas que foram utilizadas. Realizamos a análise de discurso dos presidenciais, e em seguida relacionamos as narrativas às propostas de governo. A pesquisa implica na compreensão do modo de pensar dos candidatos mais votados à presidência do Brasil. Contribuindo, também, para aperfeiçoar o debate sobre o perfil do eleitorado brasileiro através do discurso vencedor que foi analisado.

Palavras-chave: Minorias, Conservadorismo, Eleições, Análise de Discurso.

Introdução

Historicamente é conhecida a existência de grupos marginalizados que durante anos lutaram por um espaço público de igualdade e promoção do direito de todos. No entanto, é notório que a proteção de direitos individuais, sobretudo no âmbito internacional, não impede que haja violações aos direitos fundamentais. A necessidade de preservar sua identidade e garantir uma vida sem vulnerabilidades sociais e culturais é marcada também pelas perseguições às minorias que possuem um poder limitado contra governos tradicionais.

A herança do período de redemocratização do Brasil perdura com influência dos grupos da sociedade civil e minorias organizadas. Estas resistências, que no decurso da história mundial conseguiram derrubar governos tradicionalistas, lutam por uma sociedade mais plural que mitigue o conservadorismo enraizado. Em um sistema democrático, o Presidente, como representante do povo, deve preservar os valores constitucionais fundamentais ao reconhecer os discursos das diversas identidades e promover o direito indistintamente.

Em Bobbio (2004, p. 25) uma frase nos chama atenção: “o problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não era mais o de fundamentá-los, e sim o de protegê-los”. A frase, que talvez numa visão popular, seja ilógica, nos traz questionamentos pertinentes acerca da nossa representação política incumbida de elaborar políticas que protejam a todos sem distinção.

Analisando os estudos de Gohn (2008, p. 50) acerca de Foucault percebemos que o trabalho das políticas culturais são de tentar desconceituar os preconceitos,

sendo estas exercidas por pessoas que detêm poder, e se encontrando o poder, em sua expressão mais fiel, nos discursos, optamos por analisar os candidatos à presidência mais votados, sendo eles: Jair Bolsonaro (46,03%), Fernando Haddad (29,28%), Ciro Gomes (12,47%), Geraldo Alckmin (4,76%) e João Amoêdo (2,50%).

Utilizamos os seus discursos dados em entrevistas e redes sociais que foram publicados em meio digital e estão compreendidos entre os meses de abril e novembro do ano eleitoral. Além disso, relacionamos os discursos às propostas de governo que foram publicadas no site oficial do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Acerca da temática abordada neste artigo, a análise dos discursos dos presidentes nos permitirá conhecer mais acerca de como pensam os políticos e, conforme os resultados alcançados da pesquisa podem corroborar com o que foi afirmado por Bobbio.

1. Sistema Político e o exercício da democracia

O Brasil no artigo 1º de sua Constituição Federal declara-se constituído como um Estado Democrático de Direito fundamentado dentre outros na cidadania e na dignidade da pessoa humana. Tem ainda, no artigo 3º, os objetivos fundamentais de:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

No decorrer da história dos sistemas políticos, sobretudo no século XX, as sociedades que vivenciaram um regime autoritário optaram pelo regime democrático, tornando este o mais adotado do século (MARQUES, 2008, p. 31). Segundo Norberto Bobbio "a democracia pode ser definida como o sistema de regras que permitem a instauração e o desenvolvimento de uma convivência pacífica." (BOBBIO, *O Tempo da Memória*, p. 156 *apud* LAFER na apresentação do livro *A Era dos Direitos*, de Norberto Bobbio, 2004). As regras as quais Bobbio se refere são nomeadas, em *O Futuro da Democracia*, como as "regras do jogo". Estas seriam a distinção do sistema democrático dos sistemas não democráticos, pois são

mais bem elaboradas com o passar do tempo e se encontram constitucionalizadas (BOBBIO, 2000, p. 77).

Em contrapartida, a definição mais comumente conhecida é da "democracia" como um sistema de "governo do povo", no qual todos teriam o direito de participação e de "condução da coisa pública" (MARQUES, 2008, p. 51). As eleições são a melhor forma de legitimar o consentimento dos cidadãos em relação às políticas públicas, haja vista que o eleitor segundo Castro *apud* Lourenço realiza o voto com uma "ação intencional" ciente de esta ser a "forma mais eficaz" de realizar os seus objetivos. Sendo assim, o eleitor "deve ser visto como um sujeito que decide racionalmente, mas cuja escolha é condicionada pelo contexto em que está inserido" (CASTRO, 1994, p. 58 *apud* LOURENÇO, 2007, p. 44).

A divergência entre o pós-64 e a democracia atual é evidenciada pela mudança no discurso conservador típico de regimes autoritários e tirânicos de imposição política para garantir através do medo a força de sua hegemonia. Diferentemente, nas democracias os interesses particulares devem ser descartados por uma visão universal baseada na soberania popular.

Com o desenvolver do processo de redemocratização do Brasil, no final dos anos 70, a sociedade civil participou na luta contra o *status quo* do regime militar pelo regime democrático (GOHN, 2008). Desse modo, novas identidades inauguram sua representação no país através do combate ao pensamento retrógrado do conservadorismo para a formulação de políticas públicas inclusivas de diversos grupos de minorias e de setores da sociedade civil (LOURENÇO, 2007, p. 59-60).

Dessa forma, em consenso com Bobbio (2004, p. 25), podemos conceber a esfera pública como um espaço marcado pelos direitos dos homens, democracia e paz, sendo a democracia a garantia da solução pacífica dos conflitos e a proteção dos direitos fundamentais. Portanto, o Presidente eleito em um sistema democrático deve compreender as diferentes identidades que se apresentem ao longo das transformações sociais de forma livre, igualitária e pluralista, como é afirmado por Bobbio (2000) e Pereira (2012):

O modelo do Estado democrático fundado na soberania popular, idealizado à imagem e semelhança da soberania do príncipe, era o modelo de uma

sociedade monística. A sociedade real, subjacente aos governos democráticos, é pluralista (BOBBIO, 2000, p. 36).

[...], o desenvolvimento de políticas de inclusão - novos atores sociais reconhecidos como legítimos representantes dentro da sociedade política - e políticas de influência - através da mudança nos discursos políticos, de forma a levarem em conta novas identidades, necessidades, interpretações e normas - é fundamental para este projeto de sociedade civil democratizada (COHEN e ARATO, 1992, p.526 *apud* PEREIRA, 2012, p.79).

2. Noções acerca das minorias e do conservadorismo

O termo "minorias", hoje tratado de forma mais evidenciada, não possui um conceito universal em tempo e espaço. Isso porque as definições mais famosas apresentam um conceito de grupo quantitativamente minoritário o que diverge da sociedade civil reivindicadora no Brasil, como mulheres e negros, que estão numericamente em maioria. Portanto, a definição de minorias de que trata o presente artigo é retratada por Gohn (2008, p. 41) ao apresentar que as reivindicações pelos "direitos sociais, políticos, econômicos, humanos e culturais" assim como o "direito à diferença" é destacada pelas minorias que "em vários contextos históricos, eram e são a maioria da população, tais como mulheres negros, índios etc". Nesse mesmo viés conceitual, Martins & Mituzani (2011) explicam o surgimento do termo:

O direito das minorias representa, portanto, direitos fundamentais de parcelas da sociedade eleitas como minorias a partir de parâmetros de marginalização histórica. A marginalização desses grupos deu-se por meio de discriminação social, representação política deficiente ou inexistente, subvalorização cultural, omissão – ou mesmo violência – das instituições estatais, para citar as principais causas de desprestígio em relação às minorias (MARTINS & MITUZANI, 2011, p. 335).

A principal proposta reivindicada pelas minorias, além de suas particularidades, é a busca por uma mudança de paradigma baseada na consolidação dos valores democráticos constitucionais para a construção de uma sociedade pautada na pluralidade e igualdade de condições em que se apresente a diversidade (MARTINS & MITUZANI, 2011). Entretanto, para Moreno (2009, p. 142) essa tarefa deve servir para todos, pois devem: "[...] promover a defesa de tais

grupos não apenas no que tange aos direitos individuais e coletivos, mas também em face e em defesa dos interesses de todo o restante da população".

O meio pacífico de protesto das minorias é explicado por Gohn (2008) ao dissertar que o desenvolvimento de práticas culturais na sociedade política, por meio de políticas públicas inclusivas, dar-se-á via diálogo para obtenção de um consenso, como afirma *in verbis*:

[...] as diferenças e seus conflitos, quando confrontados via diálogo, podem encontrar certos pontos de consenso, criarem redes e tramas articulatórias que possibilitem formular, não um único caminho, ou uma solução única, mas um conjunto de soluções e caminhos que expressem as diferenças sem criar antagonismos irreconciliáveis; [...] (GOHN, 2008, p. 46).

Antagonicamente, o pensamento conservador ganhou destaque na historiografia mundial a partir do seu atrelamento com a Igreja Católica. Segundo Machado *apud* Santos deve-se compreender o conservadorismo como uma "expressão cultural [...] particular de um tempo e um espaço sóciohistóricos muito precisos: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa" (MACHADO, 1997, p. 43 *apud* SANTOS, 2007, p. 47). Esse período de mudança do mundo feudal representava uma ameaça às antigas estruturas da sociedade, destarte na organização produtiva com base em cálculos matemáticos da nova tendência que surgia: a ilustração (SANTOS, 2007).

Segundo Iamamoto (2008, p. 22) Mannheim (1963) considera o conservadorismo como um 'estilo de pensamento' decorrente de um "modo de conhecer e experimentar o mundo". Em suas características a sociedade é modelada de acordo com a família e a corporação, primordialmente, acreditam na vocação para o passado como um modo de interpretação do presente. Além disso, a autora destaca os pressupostos da Igreja em contraposição ao período do Iluminismo (ou da ilustração) destacando que os "elementos sagrados, irracionais, não utilitários da existência, são valorizados, em contraposição ao primado da razão" (IAMAMOTO, 2008, p. 24 e 29). Assim como Santos (2007) corrobora na mesma concepção que:

São características desse período, entre outras premissas, a defesa da tradição e do costume, assim como a exaltação de formas de organização social do passado como válidas para o presente (SANTOS, 2007, p. 47).

Coelho (2016) disserta sobre as principais ideias do escritor Gilbert Keith Chesterton (2008) as quais tiveram grande repercussão no âmbito do conservadorismo católico, pois, este defendia de modo firme uma relação entre tradição e a democracia, como segue:

A tradição pode ser definida como uma extensão dos direitos civis. Tradição significa dar votos à mais obscura de todas as classes, os nossos antepassados. É a democracia dos mortos. [...] (CHESTERTON, 2008, p. 49 *apud* COELHO, 2016, p. 161-162).

A relação feita por Chesterton parte de que a democracia nasce da tradição de seus antepassados e, portanto, apenas a ideologia católica poderia garantir "o imutável, o harmonioso e a vigilância da vida social" (COELHO, 2016, p. 162).

O caráter revolucionário/novo também é criticado por Chesterton ao falar que: "Não temos de modo algum de nos rebelar contra a antiguidade; temos de nos rebelar contra a novidade" (CHESTERTON, 2008, 122-124 *apud* COELHO, 2016, p. 163). Esse caráter de imutabilidade dado pela Igreja parte do pressuposto de que o "novo" é "subversivo da ordem social". Para mitigar as diferenças e os conflitos entre os homens cumprir-se-ia o papel ético com crenças e dogmas religiosos morais. Há, portanto, uma inversão de papéis em que o papel da Igreja na sociedade seria de trazer a tona o "governo de Deus na terra" e, sendo assim, seria justificada a sua atuação na política (COELHO, 2016, p. 171). Como continua Coelho (2016) de acordo com Legendre (1983):

Legendre [...] argumenta que a Igreja Latina promoveu "o milagre permanente da submissão", posto que a "sacralização da ordem se mantinha junto da cristologia tradicional"; em outras palavras, da "teologia do Chefe (de que se apoderou do discurso político)". Tal processo histórico buscou "despojar os humanos em benefício do Poder intocável ao qual é oferecido o desejo", o que torna a submissão consentida um oferecimento do desejo ao amor do censor (LEGENDRE, 1983, p. 27 *apud* COELHO, 2016, p. 171).

3. Poder da narrativa: Análise de Discurso

O estudo do discurso deve pautar-se na questão da sua subjetividade, pois este é um de seus pressupostos. A dinâmica social proporciona o surgimento de novos discursos e a alteração de seus significados. Sendo assim, a subjetividade

estaria pautada na presença do cotidiano de cada indivíduo no "universo de discursos", ou seja: "a subjetividade nada mais é que o resultado da polifonia, das muitas vozes sociais que cada indivíduo 'recebe' e tem a condição de 'reproduzir' (paciente) e/ou reelaborar (agente)". Desse modo, mesmo com a presença nos sujeitos de uma grande "carga social", a subjetividade é única, pois "carrega os traços da especificidade do ser que reelabora essa carga e do universo a que ele pertence" (BACCEGA, 2007, p. 22).

Muito se fala acerca do poder do discurso e de uma boa oratória para o convencimento das massas. Notoriamente, cada conjuntura social no decorrer da história apresentou díspares tipos de discursos, que, desse modo, proporcionaram a criação de outros que modificaram/complementaram os significados. Concordamos que mesmo diante das diferenças nas realidades passadas, todas estão baseadas na linguagem verbal que atua como uma mediadora da relação homem e realidade (BACCEGA, 2007, p. 31).

Diante da não uniformidade de um método específico para análise de discurso, apontaremos a teoria de Ernesto Laclau para que, em seguida, possamos utilizá-la como forma de análise.

A teoria do discurso para Ernesto Laclau ultrapassa os ditames do texto e das palavras, o discurso é como uma ferramenta de compreensão do social que une palavras e ações, sendo este, a prática (MENDONÇA, 2009).

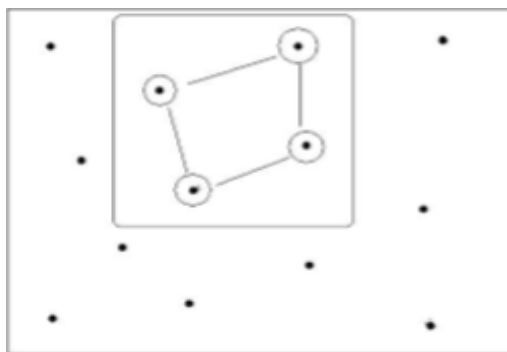
O discurso é o resultado da relação de articulação, que seria uma "prática estabelecida entre elementos que, a partir de um ponto nodal, articulam-se entre si" (LACLAU & MOUFFE, 1985 *apud* MENDONÇA, 2009). Essa prática articulatória estaria, para Laclau, ligada a ideia de um discurso hegemônico, ou seja, um discurso aglutinador - também chamado de *significante vazio* - que "consegue fixar seu sentido e, a partir deste, articular elementos que previamente não estavam articulados entre si" (MENDONÇA, 2009).

Dessa forma, Southwell (2014) *apud* Oliveira (2016) diz que a hegemonia:

é constituída como uma prática discursiva dentro da qual posições diferenciais, enfatizando e construindo equivalências entre certos polos de

diversos antagonismos, buscam subverter uma ordem social, substituindo-a por outra (SOUTHWELL, 2014, p. 143 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 38).

Para facilitar o entendimento acerca do discurso de Laclau, Ferreira (2011, p. 16-17) apresentou um gráfico elaborado pelo Prof^o Dr. Joanildo Albuquerque Burity em 2009 e formulou alguns comentários, com grifo nosso:



1 - Cada ponto é um ELEMENTO: diferenças sociais que não estão articuladas discursivamente. Isto pode acontecer, por não portarem demandas identificadas com outras demandas, na pluralidade de demandas do social. **2** - Cada ponto no interior de um círculo é um ELEMENTO/MOMENTO: posições diferenciais que aparecem articuladas no interior de um discurso – a articulação de um momento num discurso, não impede sua articulação em outro discurso; desta maneira ele seria o mesmo elemento, entretanto teria sua natureza modificada de acordo com a articulação com outras identidades na formação de cada discurso. **3** - Cada linha que liga os momentos é chamada de ARTICULAÇÃO: Os pontos nodais desenvolvem a função de fixar parcialmente o sentido. Essa fixação é parcial, pois o social tem essencialmente o caráter aberto, incerto, contingente, polissêmico. **4** - O quadrado em torno dos elementos articulados é o DISCURSO: a totalidade articulada, resultante da prática articulatória e antagônica, plural de elementos/momentos hegemonizados (FERREIRA, 2011, p. 16-17 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 42).

4. A narrativa dos presidenciáveis e análise de seus discursos

O discurso a seguir publicado na rede social oficial de Jair Bolsonaro refere-se à presença do dialeto secreto dos gays e travestis em uma das questões do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio):

Qual a razão de incluir ideologia e politicagem nos testes que medem o conhecimento dos nossos alunos? Não devemos fabricar militantes, mas preparar o jovem para que se torne um bom profissional no futuro. O

modelo atual não funciona, temos péssimos indicativos. É preciso mudar!
Fonte: Revista Veja em 06/11/2018.

Sobre o movimento feminista Bolsonaro responde em entrevista para o GLOBO:

Jornalista: O movimento feminista reagiu fortemente às suas falas...

Jair: Cada um faz o que quer da sua vida. Não estou preocupado com movimento de mulher com braço cabeludo. Não interessa. Quer depilar, depila; não quer, não depila.

Jornalista: O movimento feminista não é sobre depilação.

Jair: Mas o que o movimento feminista quer? Não sei. Não estou preocupado com isso.

Fonte: O Globo em 02/08/2018.

O candidato costumava afirmar que o movimento das minorias organizadas estava atrelado aos "radicais de esquerda". Nos discursos de Bolsonaro percebemos que o presidenciável pretende não se importar com essas pautas de públicos específicos, pois acredita que isso é "coitadismo" de negros, mulheres, gays e que "reforçaria o preconceito" (GAZETA DO POVO, 23/10/2018). Também é percebido em: "O gordinho dava pancada em você. Hoje, o gordinho virou mariquinha. Exatamente por causa desse tipo de política. Vamos acabar com essa frescura. Não é problema do Brasil" (CORREIO BRAZILIENSE, 06/06/2018).

O candidato Fernando Haddad deu poucos discursos relacionados à temática, e na matéria a seguir, preferiu apenas destacar o papel de sua Vice-Presidente, Manuela D'Ávila, caso eleitos. Essa estratégia concentrada na Vice advém principalmente do conhecimento que a comunidade militante tem acerca dos discursos proferidos por Manoela em defesa das mulheres e do público LGBT.

A Manuela vai ter papel não só como vice, mas como uma agente política importante. Ela dialoga com toda juventude brasileira e nós queremos que o protagonismo da juventude e da mulher esteja presente.
Fonte: R7 em 29/09/2018.

Nessa mesma matéria, Haddad informou que: "Nossa equipe vai ter muitas mulheres, nós queremos inclusive fixar meta", no entanto não especificou mais

informações acerca dessas "metas" e qual a sua participação para o cumprimento destas (R7, 29/09/18).

O presidenciável **Ciro Gomes** deu muitas declarações acerca de temas como aborto, igualdade entre homens e mulheres e união homoafetiva, como na seguinte:

Vou botar no meu programa escrito de governo. Essa polêmica eu quero pra mim. E era a última coisa, era só o que faltava, eu estigmatizar, eu discriminar alguém pela mera questão da orientação sexual. Isso é absolutamente medieval e nós precisamos por em debate isso no Brasil com muita humildade, com paciência, respeitando esse Brasil bem intencionado que está aí, mas indo pra cima do Brasil oportunista, elitista e salafrário.

Fonte: OBSERVATÓRIOG em 07/05/2018.

A afirmação dada na mesma matéria: "Façam seu documento, não deixem por menos, vou examinar, vou estudar, vou publicar e vocês vão ver que essa voz será a voz de vocês", reforça tolerância e respeito ao lidar com as temáticas.

O candidato **Geraldo Alckmin** deu escassas declarações acerca da temática. Alckmin reservou o momento final de sua campanha com discursos para a conquista do voto do eleitorado feminino:

Vamos empoderar as mulheres. Elas são melhores do que nós, homens.
Fonte: FOLHA DE S. PAULO em 01/09/2018.

Da mesma forma, o mesmo se pronunciou sobre as declarações dadas pelo oponente **Jair Bolsonaro** falando que: "A covardia é dele de desrespeitar as mulheres, os negros, os pobres" (FOLHA DE S. PAULO, 22/09/2018).

Diferentemente, **João Amoêdo** afirmou que deve ser tratada de forma geral a questão da liberdade e das políticas públicas, pois, para ele, haveria uma "segmentação da sociedade" caso os assuntos fossem tratados em pautas específicas de cada grupo. Quando é falado, nessa mesma matéria, sobre a união homoafetiva ele se diz favorável ao tratamento uniforme para todos os brasileiros:

A Justiça tem que ser igual para todos: homens, mulheres, homossexuais... Não gosto de fazer nenhuma distinção do cumprimento da justiça, em qualquer caso. É uma questão de cumprimento das leis, que a gente sabe

que no Brasil são falhas não só para qualquer minoria, para todos os brasileiros. O que devemos é dar segurança ao cidadão. Essas pessoas não podem ter uma segurança a mais ou a menos do que os outros. Tem que dar o mesmo tratamento, a mesma segurança, para que se sinta livre no país que vive.

Fonte: EL PAÍS em 24/04/2018.

4.1 A relação Discurso x Proposta de Governo

Diante das pesquisas acerca dos discursos percebemos que a maioria das declarações acerca da temática abordada neste artigo se concentraram em apenas um candidato e, por isso, ousamos relacionar o discurso com as propostas de governo para verificar os pontos e descobrir se há convergência. A tabela a seguir informa em números a quantidade de citações acerca de grupos que compõem as minorias organizadas.

Tabela 1:

CANDIDATOS	QUANTIDADE DE CITAÇÕES DE CADA TEMA NA PROPOSTA DE GOVERNO			
	INDÍGENAS	LGBTI+	MULHERES	NEGROS (AS)
Jair Bolsonaro	00	00	01	00
Fernando Haddad	22	20	31	15
Ciro Gomes	02	13	39	11
Geraldo Alckmin	01	01	02	01
João Amoêdo	00	00	00	00

Fonte: Elaborada pelos autores a partir das propostas disponibilizadas no site do TSE.

Diante dos discursos públicos de Jair Bolsonaro percebemos que a negligência de discussão acerca das temáticas em sua proposta de governo não é inesperada, haja vista que o presidenciável chama preocupações como essas de "coitadismos". Não há menção a propostas atreladas aos grupos indígenas, público LGBTI+ e população negra. Com relação às mulheres é citado o combate ao estupro de mulheres e crianças com o uso de um gráfico de 2016 elaborado pelo Diest/Ipea e FBSP.

Fernando Haddad tem o maior número de citações relacionadas à temática das minorias. No capítulo 1 denominado de "Soberania nacional e popular na refundação democrática do Brasil" percebemos uma convergência com o discurso propagado por Haddad de querer a participação das minorias para efetivos diálogos. O presidencialista concentra ainda no capítulo 2 denominado de "Inaugurar um novo período histórico de afirmação de direitos" subtópicos relacionados à promoção de políticas de igualdade de gênero, racial e cidadania LGBTI+.

No plano de governo de Ciro Gomes a maior parte das menções propondo contemplar minorias - como mulheres, negros (as), comunidade LGBTI+ e pessoas com deficiência - com políticas afirmativas estão no capítulo 10 denominado de "Respeitar a todos os brasileiros". Analisando as declarações públicas de Ciro, sua proposta de governo converge no aspecto do candidato querer fazer da voz do público LGBTI+ à sua, como citado em narrativa anterior. Desmembra ainda, em cada subtópico, propostas com relação ao respeito às mulheres, aos afrodescendentes, à população LGBTI+, às pessoas com deficiência e à juventude. Relacionado aos indígenas, Ciro propõe regularização fundiária e o acesso desse público ao ensino técnico – citando também os quilombos e ciganos.

Diferentemente, Geraldo Alckmin pouco propõe sobre a pauta das minorias. Em sua proposta de governo afirma de maneira geral reduzir as desigualdades sociais e promover o respeito às mulheres e minorias, citando querer estabelecer um pacto nacional para redução da violência contra mulheres e o público LGBTI+ e adotar políticas afirmativas para os indígenas e negros.

Com relação a João Amoêdo, assim como exposto na análise de discurso, o presidencialista não trata de questões específicas de grupos marginalizados, pois acredita que consequentemente segmentaria mais a sociedade. Desse modo, converge a ausência de menções relacionadas às minorias em seu projeto de governo.

5. Considerações Finais

Após análise dos discursos dos candidatos a presidência, em declarações públicas e através da relação feita entre discurso e proposta de governo, nota-se que a maioria dos candidatos deram pouca relevância a temática das minorias e demonstraram conservadorismo em suas declarações.

Jair Bolsonaro demonstra não compreender o papel da militância das minorias na promoção de seus direitos. Além disso, percebemos que lidar com essas pautas, para ele, influenciaria nacionalmente os cidadãos. Não dificilmente, encontramos diversas declarações do presidenciável sobre essas temáticas. As respostas dadas sempre possuem elementos como família, moral, bons costumes e patriotismo, que, articulados, formaram o discurso de campanha tornando-o vencedor.

Antagonicamente, Fernando Haddad discursa diversas vezes sobre a luta da resistência democrática e relaciona aos diversos movimentos que atuam na luta por seus direitos. Nos seus discursos notamos que ele trata com especificidade a pauta das minorias em temas como educação, liberdade, cultura e diversidade.

Similarmente, Ciro Gomes une elementos como tolerância e respeito ao falar sobre a temática, sobretudo, pois em algumas de suas afirmações demonstra não gostar da interferência dos dogmas da igreja em meio político. Para o candidato, a desigualdade e a discriminação fazem com que as políticas específicas para esses grupos sejam necessárias para o respeito às diferenças e o reconhecimento aos direitos de todos.

Geraldo Alckmin discursa mais elogiando as mulheres em geral e não comenta pautas relevantes – e, digam-se de passagem, polêmicas - como feminismo e a questão LGBTI+. Além disso, sua proposta de governo silencia quanto às medidas necessárias para redução da desigualdade e promoção de direitos, e não menciona qual será a forma que irá empoderar as mulheres como afirmado em seu discurso público.

Em outra perspectiva, João Amoêdo não problematiza a questão e nem propõe melhorias por afirmar que políticas específicas segmentam a sociedade. Afirmação equivocada tratando-se de uma nação tão plural de diversos segmentos marginalizados socialmente e economicamente.

As diversas concepções dos candidatos revelam como devemos exercer a democracia considerando em cada pessoa o ser plural e díspar que é. Desse modo, o candidato para melhor representar um projeto político democrático deve conduzir os interesses em prol da coletividade. Um ideal conservador baseado na tradição patriarcal não constrói políticas públicas que abarquem as necessidades que todos os grupos sociais demandam, pois não considerar com atenção os grupos marginalizados é um erro na proteção e defesa da liberdade e dos direitos civis.

Referências

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso: história e literatura**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2007, p. 21-31.

BETIM, Felipe. João Amoêdo: “Se empresas pagam salários distintos para homens e mulheres, Estado não deve interferir”. EL PAÍS. São Paulo: 24 de abr. de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/18/politica/1524083244_846563.html>.

Acesso em: 28 de jun. de 2019.

BILENKY, Thais. 'A covardia é dele de desrespeitar mulheres, negros e pobres', diz Alckmin em resposta a Bolsonaro. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo: 22 de set. de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/a-covardia-e-dele-de-desrespeitar-mulheres-negros-e-pobres-diz-alckmin-em-resposta-a-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 28 de jun. de 2019.

BILENKY, Thais. Alckmin investe no voto das mulheres e adere ao vocabulário das feministas. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo: 01 de set. de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/alckmin-investe-no-voto-das-mulheres-e-adere-ao-vocabulario-das-feministas.shtml>>. Acesso em: 28 de jun. de 2019.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

COELHO, Claudio Marcio. Gilberto Freyre e Gilbert Keith Chesterton: conservadorismo católico na escrita da história do Brasil. **Ciências da Religião: história e sociedade**. São Paulo, v. 14, n. 2, jul./dez., 2016, p. 154-175.

FERREIRA, Fabio Alves. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 127, dez., 2011, p. 12-18.

FOLHAPRESS. Vamos acabar com o coitadismo de nordestino, gay, negro e mulher, diz Bolsonaro. **GAZETA DO POVO**. 23 de out. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/vamos-acabar-com-o-coitadismo-de-nordestino-gay-negro-e-mulher-diz-bolsonaro-4oluv3gg3qrggzm4hmtn7gwtw/>>. Acesso em: 28 de jun. de 2019.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KAFRUNI, Simone. Correio Entrevista: Presidenciáveis 2018. **CORREIO BRASILIENSE**. 06 de jun. de 2018. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/entrevistas-com-pre-candidatos-a-presidencia>>. Acesso em: 28 de jun. de 2019.

LOURENÇO, Luiz Claudio. **Abrindo a Caixa-Preta: da indecisão à escolha A eleição presidencial de 2002**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Participação Política e Internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MARTINS, Argemiro Cardoso Moreira. MITUZANI, Larissa. Direito das Minorias Interpretado: o compromisso democrático do direito brasileiro. **Seqüência**. Santa Catarina, vol. 32, n. 63, dez, 2011, p. 319-352.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, nº 1, jan./jun., 2009, p. 153-169.

MORENO, Jamile Coelho. Conceito de minorias e discriminação. **Revista USCS-Direito**. São Paulo, ano X, n. 17, jul./dez., 2009, p. 142-156.

O GLOBO. Leia as entrevistas dos presidentiáveis ao GLOBO. **O GLOBO**. Rio de Janeiro: 02 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/leia-as-entrevistas-dos-presidenciaveis-ao-globo-22941226>>. Acesso em: 28 de jun. de 2019.

OLIVEIRA, K L. "**Marias também têm força**": a emergência do discurso de enfrentamento à violência contra a mulher na rede pública de ensino de **Caruaru**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2016.

PEREIRA, Marcus Abilio. Movimentos Sociais e Democracia: a tensão necessária. **OPINIÃO PÚBLICA**. Campinas, vol. 18, nº 1, jun., 2012, p. 68-87.

QUERINO, Rangel. **Ciro Gomes afirma que LGBTs terão espaço no seu governo: “Minha voz será a voz de vocês”**. **OBSERVATÓRIOG**. 07 de maio de 2018. Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/05/ciro-gomes-afirma-que-lgbts-terao-espaco-no-seu-governo-minha-voz-sera-a-voz-de-voces>>. Acesso em: 28 de jun. de 2019.

REUTERS. **Haddad quer fixar meta para presença de mulheres no governo**. **R7**. 29 de set. de 2018. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/eleicoes-2018/haddad-quer-fixar-meta-para-presenca-de-mulheres-no-governo-29092018>>. Acesso em: 28 de jun. de 2019.

TSE. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/divulgacandcontas#/estados/2018/2022802018/BR/candidatos>>. Acesso em 11 de Jun. de 2019.

VEJA. **Bolsonaro volta a criticar Enem: ‘Não devemos fabricar militantes’**. **Revista Veja**. São Paulo: 06 de nov. de 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-criticar-enem-nao-devemos-fabricar-militantes/>>. Acesso em: 28 de jun. de 2019.